

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SR. PREGOEIRO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2023 do TRE/BA- GILSON SOARES DA CONCEIÇÃO

GLOBAL MANUTENÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.814.143/0001.13, com endereço à Av. Tancredo Neves, 909 Edf. André Guimarães Business Center, SI 503 e 708, Caminho das Árvores, SSA/Ba, CEP 41.820-021, através do seu representante legal, com supedâneo no instrumento convocatório, apresentar RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO em face da decisão que declarou vencedora a empresa RCS TECNOLOGIA S/A, pelo que expõe, para ao final requerer o seguinte:

DO PRAZO

O resultado fora publicado no dia 04/04/2024, portanto tempestivo o presente recurso, devendo ser acatado pelas razões de fatos e diretos a seguir expostos:

DA NULIDADE DO PROCESSO LICITATÓRIO – AUSÊNCIA DE OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA PUBLICIDADE, IGUALDADE E ISONOMIA – FAVORECIMENTO INDEVIDO PARA A LICITANTE DECLARADA VENCEDORA (ATUAL CONTRATADA DO CONTRATO LICITADO)

A finalidade essencial do processo licitatório é assegurar a ampla competitividade de modo a possibilitar a seleção de contratantes que apresentem as melhores condições para atender os reclames do interesse público, possibilitando à Administração firmar o contrato da melhor forma possível.

A licitação é o procedimento administrativo que deve e visa assegurar o princípio da isonomia e igualdade,

O princípio da igualdade, um dos postulados que norteiam a licitação, impõe ao Poder Público a observância de tratamento isonômico àqueles que se encontrem na mesma situação jurídica.

Pois bem, iniciamos o nosso recurso informando e demonstrando o tratamento desigual e com ausência de isonomia praticado pelo pregoeiro entre as empresas GLOBAL MANUTENÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA (menor preço) e a RCS TECNOLOGIA S/A (atual contratada do objeto ora licitado e declarada vencedora).

Ao desclassificar a GLOBAL MANUTENÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA, o pregoeiro apenas se limitou em informar que:

“Para a GLOBAL MANUTENÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA: Sr Licitante, após análise dos atestados de capacidade técnica, o setor demandante constatou que não restou comprovado, atendimento a condição 12.1.7, alínea “b”, “v” do Edital.(...) v) Manutenção Preventiva e corretiva em centrais de ar condicionado do tipo VRF, com capacidade mínima de 220TR.”

Porém, diferente do quanto demonstrado acima, o tratamento conferido à licitante declarada vencedora RCS TECNOLOGIA S/A (atual contratada do objeto ora licitado), foi totalmente diferente, sendo concedido mais de 3 (Três) MESES de diligências, em uma verdadeira “força tarefa” para retificar as documentações da RCS TECNOLOGIA S/A (atual contratada do objeto ora licitado), se não vejamos:

Dia 28/12/2023 após a desclassificação injusta da GLOBAL MANUTENÇÕES E CONSTRUÇÕES, a licitante RCS TECNOLOGIA S/A envia a sua planilha de preço.

Já no dia 02/01/2024 o pregoeiro solicita um novo envio de planilha, tendo em vista a presença de erro de preço:

No dia 03/01/2024 a RCS TECNOLOGIA S/A envia nova planilha com correção do preço.

Após injustificáveis retornos e suspensões do pregão (conforme poderá ser constatado no chat que segue em arquivo anexo), somente no dia 17/01/2024, o pregoeiro solicita novos ajustes da planilha para a RCS TECNOLOGIA S/A, sob a suposta alegação do princípio da razoabilidade (sic) não deveria desclassificar a licitante, concedendo assim um novo prazo para ajustes e explicações!

No dia 24/01/2024, o pregoeiro, mais uma vez, concede novo prazo para a RCS TECNOLOGIA S/A ajustar a planilha, tendo em vista diversos erros crassos de preços, que por si só já deveriam desclassificar a RCS TECNOLOGIA S/A.

Após o envio das novas planilhas, no dia 26/01/2024, o pregoeiro, mais uma vez suspendeu o pregão para análise da nova planilha.

No dia 30/01/2024, o pregoeiro, quase 1 mês depois, após diversos ensinamentos de como preencher devidamente correta uma planilha para a licitante RCS TECNOLOGIA S/A, aceitou o envio da última planilha ajustada (sic).

Iniciou-se então, a fase de habilitação documental, momento esse de uma verdadeira ABERRAÇÃO JURÍDICA PROCEDIMENTAL JAMAIS VISTA.

Primeiro, houve a troca do pregoeiro titular em razão das suas férias....

E já no dia 22/02/2024, o novo pregoeiro(a) informou e solicitou que(sic):

“Considerando que este Regional só dispõe de um cargo técnico de engenharia civil e que a documentação

apresentada pela licitante contém quase duas mil páginas, visando maior celeridade na análise dos comprovantes encaminhados pela RCS – Tecnologia S.A, devolvo os autos e solicito... continua... para a RCS TECNOLOGIA S/A seja instada a reapresentar os documentos organizando-os por meio de anexos, em que cada um comprove o atendimento das exigências constantes do item 12.1.7 do Edital...

Sendo assim, senhor licitante, diante do quanto pontuado na manifestação da unidade demandante, seguem as recomendações para a sua empresa proceder à triagem da documentação e anexar somente a documentação exigida no Edital, conforme condição 12.1.7."

Com todas as vênias, em anos participando de licitações, jamais nos deparamos com uma tentativa de direcionamento como este! Em uma verdadeira afronta a TODOS OS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS.

Como é que é aceitável conceder a uma licitante a juntada extemporânea de TODOS, repito, de TODOS os documentos da licitação.

Afirmamos isso, pois é de uma clareza solar que ao determinar e permitir que a Licitante junte os documentos "organizados" das mais de 2 (duas) mil páginas, não houve qualquer controle dos documentos que já haviam sido apresentados!

Ou seja, se houve falha na apresentação documental pretérita, até mesmo da mesma documentação em que desclassificaram indevidamente a GLOBAL MANUTENÇÕES E CONSTRUÇÕES, a RCS TECNOLOGIA S/A teve toda a oportunidade em juntar novos documentos suplementares sem qualquer possibilidade de indeferimento pelo pregoeiro e sua equipe, pois conforme já havia informado, as documentações NÃO HAVIAM SIDO ANALISADAS!!! (conforme pode ser visto no chat de mensagens)

Após o envio intempestivo, o pregoeiro continuou instruindo a licitante RCS TECNOLOGIA S/A com diversas devolutivas injustificadas, concedendo diversas possibilidades de complementar a documentação já apresentada.

Portanto, a presente licitação não observou aos princípios basilares da administração pública, encontrando-se eivada de vícios insanáveis, devendo ser anulada, e os responsáveis afastados do próximo certame!

Ainda é imperioso salientar que, NÃO HÁ QUE SE FALAR EM PROPOSTA MAIS VANTAJOSA, pois a proposta da GLOBAL MANUTENÇÕES E CONSTRUÇÕES foi mais vantajosa, porém fora inabilitada injustamente.

Há prova cabal de que a presente licitação foi favorecida para a empresa RCS TECNOLOGIA S/A, empresa essa que atualmente está prestando serviço para a licitante.

Porém, tal conduta deverá ser rechaçada tanto pela própria administração pública quanto pelo Poder Judiciário, como também pelo Tribunal de Contas da União e o Ministério Público Federal, os quais deverão ser provocados para investigar suposta conduta atípica e aplicada a sanção da Improbidade Administrativa prevista na Lei nº. 14.230/2021, mais precisamente em seu art. 10, VIII.

Há diversas outras provas de suposta limitação de ampla concorrência no presente certame, as quais serão oportunamente apresentadas na esfera competente, caso necessário.

Porém, entendemos que os fatos aqui demonstrados, e pontuados, já são suficientes para convencimento da própria administração rever suas condutas e decisões praticadas, anulando assim o presente certame por completo.

CONCLUSÃO

Diante de tudo o quanto aqui exposto, não restam dúvidas quanto à inabilitação da empresa RCS TECNOLOGIA S/A em razão da inobservância procedimental (VINCULAÇÃO AO EDITAL) do pregoeiro, ao conferir juntada de documentos extemporâneos do quanto previsto no EDITAL, bem como, pela reiteradas oportunidades de aditamento documental apenas para a empresa RCS TECNOLOGIA S/A (atual contratada), sem oportunizar o referido aditamento para a ora Recorrente, em total descompasso com a BOA-FÉ e o princípio da COMPETIÇÃO AMPLA e JUSTA!

Requer, desta forma, o acolhimento do presente recurso, com a consequente invalidação da decisão que declarou vencedora do certame a empresa RCS TECNOLOGIA S/A, bem como os atos subsequentes que foram prejudicados em razão deste equívoco.

Assim sendo, requer que seja reconsiderada a decisão em declarar vencedora a empresa RCS TECNOLOGIA S/A bem como, que o presente recurso, em caso necessário, seja encaminhado à autoridade superior para revisão e deliberação.

Salvador, 9 de abril de 2024

GLOBAL MANUTENÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA

Fechar